



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**PROCESSO SELETIVO**

# CONSELHEIRO(A) TUTELAR

## CADERNO DE QUESTÕES

**16/07/2023**

**SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES**

**Atenção:** Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

**Só se vê bem com o coração.**

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao(a) fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

## ECA

## QUESTÃO 01

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se criança e adolescente, respectivamente,

- (A) criança a pessoa com até dez anos de idade incompletos e adolescente aquela entre dez e dezoito anos de idade.
- (B) criança a pessoa com até doze anos de idade completos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- (C) criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- (D) criança a pessoa com até quatorze anos de idade completos e adolescente aquela entre quatorze e vinte e um anos de idade.

## QUESTÃO 02

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes

- (A) à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- (B) à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, aos direitos humanos, à cidadania, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- (C) à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção, à infância e à assistência aos desamparados.
- (D) à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção, à infância, à assistência aos desamparados e à dignidade da pessoa humana.

## QUESTÃO 03

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter o registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de

- (A) 05 anos.
- (B) 10 anos.
- (C) 15 anos.
- (D) 18 anos.

## QUESTÃO 04

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e

- (A) imprescritível.
- (B) prescritível em 2 anos.
- (C) prescritível em 3 anos.
- (D) prescritível em 5 anos.

## QUESTÃO 05

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de

- (A) 2 (dois) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- (B) 2 (dois) anos, não permitida recondução por novos processos de escolha.
- (C) 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- (D) 4 (quatro) anos, não permitida recondução por novos processos de escolha.

## QUESTÃO 06

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) qual é a diferença de idade entre adotante e adotado?

- (A) O adotante há de ser, pelo menos, dez anos mais velho do que o adotado.
- (B) O adotante há de ser, pelo menos, doze anos mais velho do que o adotado.
- (C) O adotante há de ser, pelo menos, quatorze anos mais velho do que o adotado.
- (D) O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotado.

## QUESTÃO 07

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é dever do Estado assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a

- (A) quatro anos de idade.
- (B) cinco anos de idade.
- (C) seis anos de idade.
- (D) sete anos de idade.

**QUESTÃO 08**

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado o trabalho noturno realizado entre

- (A) vinte horas de um dia e as seis horas do dia seguinte.
- (B) vinte e uma horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- (C) vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- (D) vinte e três horas de um dia e as seis horas do dia seguinte.

**QUESTÃO 09**

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é proibida a venda à criança ou ao adolescente de

- (A) bebidas alcoólicas, salvo se acompanhado dos responsáveis.
- (B) armas, munições e explosivos.
- (C) produtos cujos componentes não possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.
- (D) fogos de estampido e de artifício que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

**QUESTÃO 10**

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), qual é a idade mínima para que uma criança ou adolescente possa viajar desacompanhado dos pais ou responsáveis sem autorização expressa para fora da comarca onde reside?

- (A) 10 anos.
- (B) 12 anos.
- (C) 15 anos.
- (D) 16 anos.

**RASCUNHO****QUESTÃO 11**

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção e das próprias unidades, assim como pelo planejamento e pela execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de

- (A) apoio socioeducativo em meio fechado.
- (B) prestação de serviços à comunidade.
- (C) liberdade não assistida.
- (D) abrigo.

**QUESTÃO 12**

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de

- (A) quinze dias.
- (B) trinta dias.
- (C) quarenta e cinco dias.
- (D) sessenta dias.

**QUESTÃO 13**

Conforme Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de

- (A) seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.
- (B) doze meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.
- (C) dezoito meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.
- (D) vinte e quatro meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

**QUESTÃO 14**

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia

- (A) 20 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- (B) 15 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- (C) 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- (D) 01 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

**QUESTÃO 15**

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de acordo com a temática da apuração de ato infracional atribuído a adolescentes, sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial encaminhará o adolescente à entidade de atendimento, que fará a apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de

- (A) doze horas.
- (B) vinte e quatro horas.
- (C) trinta e oito horas.
- (D) quarenta e oito horas.

**QUESTÃO 16**

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de

- (A) 15 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 60 dias.

**QUESTÃO 17**

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de

- (A) 05 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 30 dias.

**QUESTÃO 18**

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a sentença que destituir ambos ou qualquer um dos genitores do poder familiar fica sujeita a qual recurso?

- (A) Apelação.
- (B) Agravo de instrumento.
- (C) Embargos infringentes.
- (D) Recurso especial.

**RASCUNHO**

**MEDIDAS DE PROTEÇÃO****QUESTÃO 19**

Um adolescente emancipado de dezesseis anos de idade procura o Conselho Tutelar para informar que não consegue vaga para estudar no ensino médio. O conselheiro tutelar deve informá-lo que,

- (A) quando ele foi emancipado, deixou de ser adolescente e, por isso, não pode ser atendido pelo Conselho Tutelar.
- (B) nesse caso, o Conselho Tutelar não pode intermediar para ajudá-lo a conseguir vagas em escola pública de ensino médio.
- (C) mesmo emancipado, continua a ser adolescente e o Conselho Tutelar irá ajudá-lo a conseguir vaga no ensino médio.
- (D) por ser emancipado, deve procurar o poder judiciário para conseguir matrícula em escola de ensino médio.

**QUESTÃO 20**

Uma criança busca auxílio do Conselho Tutelar informando que é mantida trancada em casa sozinha enquanto o pai está trabalhando. Nesse caso, o conselheiro tutelar

- (A) deixará de agir, pois a medida não é grave o suficiente para que seja adotada alguma medida de proteção.
- (B) deverá agir prontamente, atendendo o princípio da intervenção precoce, evitando outros danos.
- (C) deixará de agir, porque o pai cumpre o dever de sustento e age de acordo com o cumprimento do dever legal.
- (D) deverá agir perante o pai, determinando, desde já, o afastamento do pai do lar e a adoção da criança.

**QUESTÃO 21**

É comunicado ao Conselho Tutelar que duas crianças recebem apenas uma refeição por dia, por causa da situação econômica difícil dos pais. Nesse caso, o conselheiro tutelar deve aplicar imediatamente a medida de

- (A) requisição ambulatorial.
- (B) colocação em família substituta.
- (C) inclusão em programa de auxílio.
- (D) destituição do poder familiar dos pais.

**QUESTÃO 22**

Um adolescente que desconhece seu pai biológico procura o Conselho Tutelar para obter orientação e ajuda na investigação de sua paternidade. Nesse caso, o Conselho Tutelar

- (A) deixará de agir, porque a averiguação de paternidade só pode ser promovida pelo Ministério Público.
- (B) deixará de agir, porque não é sua obrigação atuar na busca de paternidade de adolescentes.
- (C) ordenará o suposto pai a fornecer material biológico para a realização de exame de DNA.
- (D) auxiliará na investigação de paternidade e encaminhará o adolescente para a Defensoria Pública.

**QUESTÃO 23**

Um ofício judicial comunica ao Conselho Tutelar a decretação da extinção do poder familiar dos pais. Nesse caso, o Conselho Tutelar deve determinar

- (A) a colocação em família substituta, por meio da guarda.
- (B) a colocação em família substituta, por meio da adoção.
- (C) o acolhimento institucional da criança até a maioridade dela.
- (D) o acolhimento ambulatorial da criança até a maioridade dela.

**QUESTÃO 24**

Uma criança e sua mãe procuram o Conselho Tutelar. A criança informa que sua mãe pega seu celular e verifica as conversas da criança nas redes sociais. Nesse caso, o conselheiro tutelar deve

- (A) orientar a mãe a não mais fiscalizar o celular da filha e aplicar a ela uma advertência formal.
- (B) determinar o acolhimento institucional da criança, ante o abuso de seu direito de privacidade.
- (C) determinar que a mãe deixe de fiscalizar o celular da filha por meio de assinatura de termo de responsabilidade.
- (D) orientar a criança e a mãe de que faz parte do dever de cuidado a fiscalização, pelos pais, do celular de crianças.

**QUESTÃO 25**

Um conselheiro tutelar presencia a cena em que uma criança vende balas em um sinaleiro da capital. Nesse caso, poderá

- (A) requisitar auxílios à criança.
- (B) repreender oralmente a criança.
- (C) encaminhar a criança ao juizado de menores.
- (D) ordenar a prisão dos pais ou responsáveis.

**QUESTÃO 26**

É informado ao Conselho Tutelar que a Secretaria Municipal de Educação não destinará mais vagas para crianças em Centros Municipais de Educação Infantil. Nesse caso, o Conselho Tutelar pode

- (A) aplicar multa à Secretaria por descumprimento de direito básico da criança.
- (B) determinar o afastamento do secretário por descumprimento de direito da criança.
- (C) expedir ofício ao Ministério Público informando sobre a violação de direitos da criança.
- (D) acionar judicialmente a prefeitura por descumprimento de direito básico da criança.

**QUESTÃO 27**

Pai, mãe e uma criança procuram o Conselho Tutelar informando que não conseguiram expedir certidão de nascimento da filha. O Conselho Tutelar

- (A) deixará de agir no caso, porque não possui atribuições cartorárias.
- (B) encaminhará o caso ao poder judiciário, para que expeça a certidão.
- (C) multará o cartório da cidade, porque descumpriu sua obrigação.
- (D) requisitará, junto ao Cartório, a expedição da certidão de nascimento.

**QUESTÃO 28**

Um casal homossexual estadunidense procura o Conselho Tutelar para orientações sobre colocação em família substituta e adoção. O conselheiro tutelar deve informá-los de que

- (A) a adoção internacional é possível, excepcionalmente, e orientá-los a procurar a Vara da Infância e Juventude.
- (B) a adoção por casal estrangeiro é proibida, porque ofende o princípio do menor interesse da criança e do adolescente.
- (C) a adoção por casal homossexual não é permitida pelo direito brasileiro e orientá-los a procurar um advogado.
- (D) a adoção por casal homossexual é possível, excepcionalmente, e orientá-los a procurar a Vara da Infância e Juventude.

**QUESTÃO 29**

O Conselho Tutelar de um município recebe uma denúncia de que uma criança é vítima de violência. Porém, esse município não possui local para realização de acolhimento institucional. Nesse caso, o Conselho Tutelar deve

- (A) propor uma ação civil pública para obrigar o município a acolher a criança.
- (B) buscar a família extensa e verificar se essa pode abrigar a criança.
- (C) deixar de agir, ante a ausência de estrutura municipal de acolhimento.
- (D) determinar a destituição do poder familiar dos pais da criança.

**QUESTÃO 30**

Uma conselheira tutelar recebe uma denúncia anônima de que uma criança é vítima de violência sexual cometida pelo irmão. Nesse caso, o Conselho Tutelar

- (A) deixará de agir, pois está impedido de agir em caso de denúncia anônima.
- (B) enviará o caso ao Ministério Público para propor a ação penal pertinente ao caso.
- (C) comunicará à autoridade policial e poderá ir ao local para escuta da criança.
- (D) remeterá o caso à Vara da Infância e Juventude para julgamento do irmão.

**QUESTÃO 31**

Uma Organização Não-Governamental envia uma proposta ao Conselho Tutelar para que atue em campanha de prevenção aos maus-tratos de crianças. O Conselho Tutelar

- (A) rejeitará a proposta, pois o Conselho não atua em campanha de prevenções.
- (B) deixará de responder a proposta, pois está proibida de responder as Organizações Não-Governamentais.
- (C) encaminhará a proposta à Vara da Infância e Juventude para deliberar sobre a aceitação da proposta.
- (D) poderá agir, pois uma das atribuições do Conselho Tutelar é atuar em campanhas a favor dos direitos de crianças.

**QUESTÃO 32**

É comunicado ao Conselho Tutelar que uma criança possui, sob a supervisão dos pais, conta em rede social, em que faz divulgação de produtos e serviços. Nesse caso, o Conselho Tutelar

- (A) deixará de agir, pois atos artísticos praticados de forma moderada por crianças é algo lícito.
- (B) agirá convocando os pais a prestar declarações, ante ao flagrante abuso de direito.
- (C) deixará de agir, pois todo trabalho praticado de forma moderada por crianças é lícito.
- (D) agirá, ordenando o recolhimento do menor em acolhimento institucional, ouvindo os pais.

**QUESTÃO 33**

É comunicado ao Conselho Tutelar que padrinhos praticaram ato de violência física contra criança e que esses desejam apagar as provas que comprovam o delito. O conselheiro tutelar, nesse caso,

- (A) representará ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova.
- (B) proporá a ação penal frente à Vara da Infância e Juventude para aplicação de pena pertinente ao caso.
- (C) determinará o acolhimento do menor e deixará de representar o Ministério Público.
- (D) comunicará o fato ao Juizado de Menores, deixando de adotar qualquer medida cautelar.

**QUESTÃO 34**

Um conselheiro tutelar toma conhecimento de que uma criança sofre maus-tratos, todavia, não tem certeza da ocorrência do fato. Nesse caso, ele poderá

- (A) determinar a suspensão do poder familiar dos pais enquanto averigua a prática de maus tratos.
- (B) determinar acompanhamento de assistente social, que produzirá relatório sobre o caso.
- (C) ordenar, de imediato, a colocação da criança em família substituta até a apuração dos fatos.
- (D) ordenar o afastamento dos pais do lar, nomeando curador para a criança até a apuração do caso.

**QUESTÃO 35**

Um funcionário de um hotel comunicou ao Conselho Tutelar que uma criança tenta hospedar-se, sem acompanhamento ou autorização dos pais. O Conselho Tutelar pode

- (A) procurar os pais para esclarecer o caso.
- (B) arquivar a denúncia, pois o fato não viola a lei.
- (C) destituir o poder familiar dos pais, cautelarmente.
- (D) encaminhar a criança para adoção ante o abandono.

**QUESTÃO 36**

É comunicado ao conselheiro tutelar que um pai descumpra a medida de afastamento do lar, determinada judicialmente. Nesse caso, o Conselho Tutelar poderá

- (A) reexpedir ordem de afastamento do pai, sem qualquer outra providência na esfera penal.
- (B) colocar a criança em família substituta, ante a ineficácia da medida de afastamento do pai.
- (C) deixar de agir, pois as providências cabíveis ao Conselho Tutelar já foram tomadas preteritamente.
- (D) representar ao Ministério Público pela prisão do pai que descumpra medida judicial.

**RASCUNHO**

**EDUCAÇÃO****QUESTÃO 37**

A Lei nº 9.394/1996 é um documento que estabelece

- (A) o direito às pessoas com deficiência ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições.
- (B) as diretrizes e bases para a educação nacional brasileira.
- (C) o direito ao piso salarial dos profissionais da educação.
- (D) o recurso para a compra de material escolar.

**QUESTÃO 38**

De acordo com o Art. 29, da Lei nº 9.394/1996, “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade”. Assim sendo, é obrigatória a oferta, para as crianças com até três anos de idade

- (A) das creches.
- (B) das séries finais.
- (C) das séries iniciais.
- (D) do ensino médio.

**QUESTÃO 39**

A Lei nº 9.394/1996, no seu artigo 1º, conceitua educação como

- (A) o dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e de igualdade social.
- (B) o desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.
- (C) os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana e no trabalho, instituições, movimentos sociais, organizações e manifestações culturais.
- (D) a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, compreendendo o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

**RASCUNHO****QUESTÃO 40**

Segundo a Lei nº 9.394/1996, no título III, Artigo 4º, o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia

- (A) do Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria.
- (B) da efetividade da progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio.
- (C) do atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.
- (D) do acesso público e gratuito ao ensino fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria.

**QUESTÃO 41**

O artigo 5º da Lei nº 9.394/1996 assevera que “o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo”. Nesse propósito, cabe ao Poder Público, de acordo com essa Lei, no Parágrafo III.

- (A) recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental.
- (B) zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
- (C) atender o educando por meio de programas suplementares.
- (D) garantir atendimento especializado aos educandos com deficiência.

**QUESTÃO 42**

O Artigo 11, da Lei nº 9.394/1996, diz que os municípios deverão garantir aos estudantes

- (A) o Ensino Médio com prioridade.
- (B) o transporte escolar para estudantes da Rede Estadual.
- (C) o credenciamento aos cursos das instituições da educação superior.
- (D) a educação infantil em creches e pré-escolas.

**RASCUNHO**



**SAÚDE****QUESTÃO 43**

De acordo com a Lei Municipal de Goiânia nº 8.483, de 29 de setembro de 2006, o atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de

- (A) políticas e programas de assistência social, em caráter exclusivo para aqueles que deles necessitem.
- (B) políticas e programas de assistência social, em caráter progressivo para aqueles que deles necessitem.
- (C) políticas sociais de alta complexidade que assegurem o desenvolvimento de crianças e adolescentes.
- (D) políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo para aqueles que deles necessitem.

**QUESTÃO 44**

Conforme a Lei Municipal de Goiânia nº 8.483/2006, as provas para o exercício das funções de membros dos Conselhos Tutelares abordarão conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e Políticas Públicas, cabendo mencionar dispositivos legais que tratem sobre

- (A) linhas de financiamento e crédito para gestores municipais.
- (B) organização do poder judiciário estadual.
- (C) educação, saúde, trabalho, assistência social e outros direitos.
- (D) mobilização social e participação popular.

**QUESTÃO 45**

Em consonância com a Lei Municipal de Goiânia nº 8.483/2006, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto de dezesseis membros, os quais serão indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas de sua confiança com poder de decisão, podendo ser destacado como um dos exemplos de indicação o representante oriundo

- (A) do Ministério Público Estadual.
- (B) da Secretaria Municipal de Saúde.
- (C) do Poder Legislativo Estadual.
- (D) do Poder Legislativo Municipal.

**RASCUNHO****QUESTÃO 46**

Conforme a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a atenção integral à saúde, inclusive a dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, dar-se-á

- (A) independentemente da apresentação de documentos que comprovem domicílio ou inscrição no cadastro no Sistema Único de Saúde (SUS).
- (B) em benefício dos brasileiros natos, sendo obrigatória a apresentação de documento comprobatório.
- (C) em benefício dos residentes do ente federativo de sua circunscrição, sendo obrigatória a apresentação de documento comprobatório.
- (D) mediante requerimento do médico local somado à comprovação de domicílio ou inscrição no cadastro do Sistema Único de Saúde (SUS).

**QUESTÃO 47**

De acordo com a Lei Federal nº 8.742/1993, na avaliação de elementos probatórios da condição de miserabilidade e da situação de vulnerabilidade, para fins de ampliação do critério de aferição da renda familiar mensal per capita do benefício de prestação continuada, serão considerados, dentre outros, o seguinte aspecto:

- (A) a dependência de terceiros para o desempenho de atividades profissionais pelo beneficiário.
- (B) o grau de escolaridade comprovado pelo beneficiário.
- (C) o comprometimento do orçamento do núcleo familiar exclusivamente com gastos médicos, com tratamentos de saúde, com fraldas, com alimentos especiais e com medicamentos do idoso ou da pessoa com deficiência, mesmo que disponibilizados gratuitamente pelo SUS, ou com serviços não prestados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), desde que comprovadamente necessários à preservação da saúde e da vida.
- (D) o comprometimento do orçamento do núcleo familiar exclusivamente com gastos médicos, com tratamentos de saúde, com fraldas, com alimentos especiais e com medicamentos do idoso ou da pessoa com deficiência não disponibilizados gratuitamente pelo SUS, ou com serviços não prestados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), desde que comprovadamente necessários à preservação da saúde e da vida.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 48**

Conforme estabelecido pela Lei Municipal de Goiânia nº 8.758, de 06 de janeiro de 2009, os recursos provenientes da receita de capital inerentes à alienação dos imóveis referentes aos empreendimentos Residencial Padre Pereira, Residencial Frei Galvão e Conjunto Residencial Rema deveriam ser destinados, impreterivelmente, aos projetos de construção de

- (A) postos de saúde.
- (B) escolas técnicas.
- (C) agências para a Guarda Civil Metropolitana de Goiânia.
- (D) nova sede para a Secretaria Municipal de Mobilidade de Goiânia.

**TRABALHO****QUESTÃO 49**

Consoante à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), é proibido qualquer trabalho a menores de

- (A) quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
- (B) doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos onze anos.
- (C) dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- (D) doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dez anos.

**QUESTÃO 50**

Em consonância com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não

- (A) permitam o convívio familiar nem comunitário.
- (B) colaborem para a frequência à escola.
- (C) permitam o convívio com a família.
- (D) permitam a frequência à escola.

**RASCUNHO****HABITAÇÃO****QUESTÃO 51**

Em obediência à Lei Federal nº 11.124/2005, a estruturação, a organização e a atuação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) devem observar os seguintes princípios:

- (A) desagregação das políticas habitacionais na esfera federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social.
- (B) moradia digna como direito e vetor de inclusão social.
- (C) centralização e controle social dos procedimentos decisórios.
- (D) limitação da função social da propriedade urbana, a fim de garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso condicionado à terra urbana.

**QUESTÃO 52**

De acordo com a Lei Federal nº 11.124/2005, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) assume como objetivo

- (A) centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população em geral.
- (B) distribuir, monitorar e fiscalizar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população da região centro-oeste.
- (C) centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.
- (D) distribuir, monitorar e fiscalizar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população da região nordeste.

**RASCUNHO**

**SEGURANÇA****QUESTÃO 53**

De acordo com a Lei Federal nº 13.675/2018, pode ser evidenciada como princípio da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) a

- (A) eficiência na prevenção e no controle das infrações penais.
- (B) publicidade das informações sigilosas.
- (C) prestação de contas condicionada à requisição pelo Ministério Público.
- (D) participação popular limitada ao determinado pela respectiva lei estadual.

**QUESTÃO 54**

No que concerne à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), assegurada por intermédio da Lei Federal nº 13.675/2018, a segurança pública é

- (A) faculdade do Estado, no alcance e nos limites das suas atribuições legais.
- (B) faculdade do Estado, cabendo à sociedade em geral o seu monitoramento e controle sistemáticos.
- (C) dever do Estado, cabendo o seu exercício e a sua responsabilidade à União e aos Estados, no âmbito das competências e atribuições legais de cada um.
- (D) dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito das competências e atribuições legais de cada um.

**ASSISTÊNCIA SOCIAL****QUESTÃO 55**

Nos termos da Lei Federal nº 8.742/1993, a assistência social assume como objetivo, dentre outros,

- (A) o cuidado com os desempregados em geral.
- (B) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- (C) a garantia de meio salário-mínimo de benefício mensal à criança ou adolescente com deficiência.
- (D) o encaminhamento de pessoas com deficiência a programas municipais responsáveis pela sua reintegração à vida comunitária.

**QUESTÃO 56**

Consoante à Lei Federal nº 8.742/1993, uma das diretrizes da organização da assistência social no Brasil é a

- (A) centralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (B) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- (C) primazia da responsabilidade do Município na condução da política de assistência social.
- (D) centralização político-administrativa para os Municípios, sendo-lhes atribuído o comando único do planejamento e da execução das ações de assistência social.

**QUESTÃO 57**

De acordo com a Lei Municipal de Goiânia nº 8.248/2004, o Conselho Municipal de Assistência Social deliberará sobre

- (A) normas para centralização da gestão dos serviços prestados.
- (B) critérios de referência de qualidade para entidades administrativas em geral.
- (C) critérios de inelegibilidade para entidades administrativas em geral.
- (D) normas para democratização da gestão dos serviços prestados.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 58**

A Lei Municipal de Goiânia nº 8.248/2004 entende a assistência social como

- (A) faculdade do Estado, como política de seguridade social contributiva que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.
- (B) faculdade do Estado, como política de seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.
- (C) direito do cidadão e dever do Estado, como política de seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.
- (D) dever do cidadão e direito do Estado, como política de seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, é realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

**QUESTÃO 59**

Nos termos da Lei Municipal de Goiânia nº 8.248/2004, pode ser reconhecido como um dos requisitos básicos para o empreendimento das parcerias no âmbito da assistência social

- (A) a vinculação à política municipal de assistência social.
- (B) a desvinculação à política municipal de assistência social.
- (C) a disponibilização majoritária de recursos pelas empresas parceiras.
- (D) a disponibilização de recursos exclusivos pelas empresas parceiras.

**RASCUNHO****QUESTÃO 60**

Conforme a Lei Federal nº 8.742/1993, compete aos Municípios na área da assistência social

- (A) estimular e apoiar, no aspecto técnico e financeiro, as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
- (B) atender às ações assistenciais de caráter de emergência.
- (C) realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar Estados e Distrito Federal para seu desenvolvimento.
- (D) cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local.

**RASCUNHO**